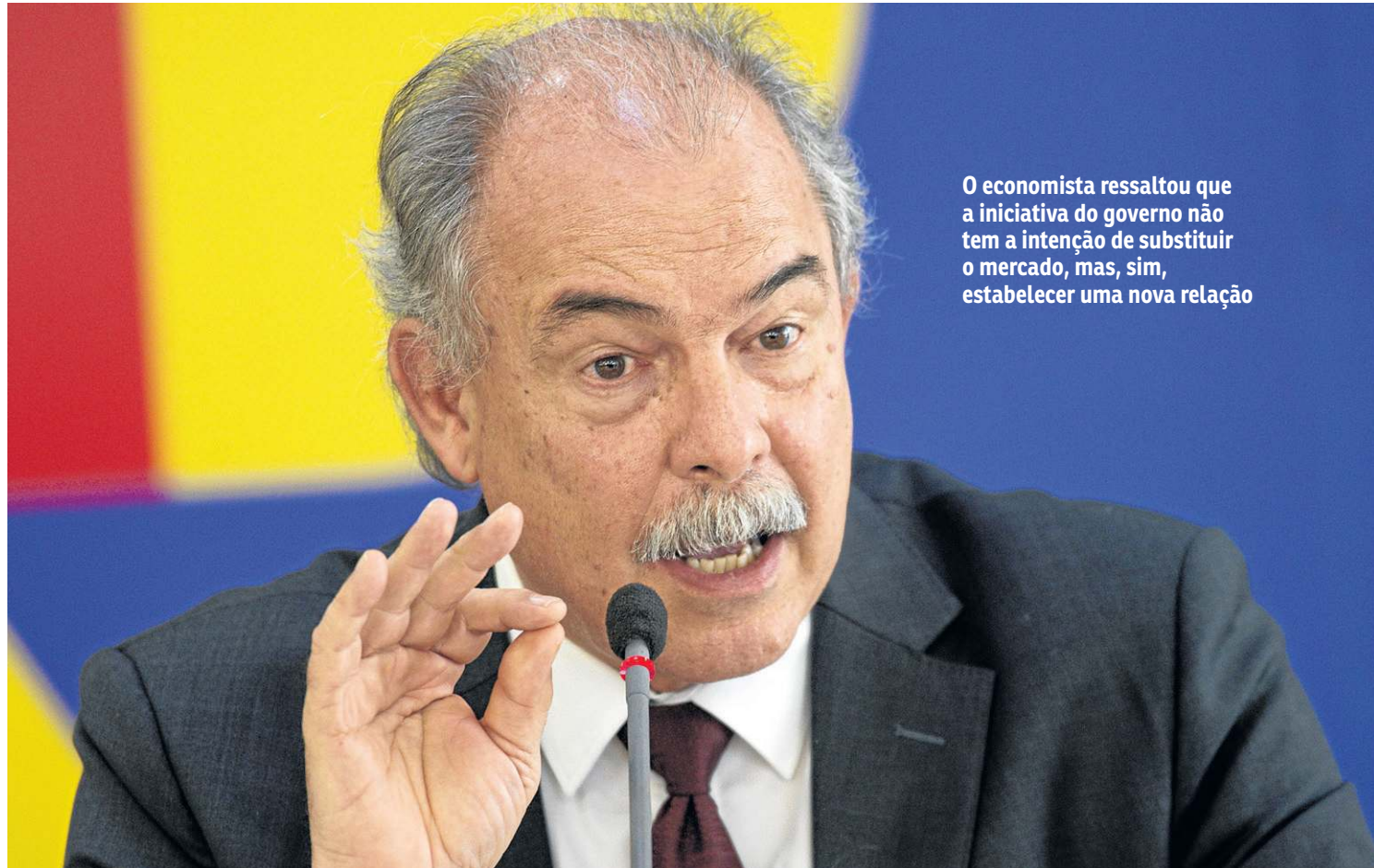


DESENVOLVIMENTO

Presidente do BNDES rebate comparações com a política dos “campeões nacionais” do governo Dilma e ressalta que China e EUA ajudam suas indústrias maciçamente

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O economista ressaltou que a iniciativa do governo não tem a intenção de substituir o mercado, mas, sim, estabelecer uma nova relação

Mercadante: Estado deve induzir avanços

» ALINE BRITO
» EVANDRO ÉBOLI
» HENRIQUE LESSA

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, defendeu, ontem, o investimento do Estado na indústria, como forma de fomentar a economia brasileira. Conforme salientou, países que são grandes potências econômicas oferecem subsídio estatal para induzir desenvolvimento e o Brasil precisa seguir a tendência global.

“Não temos como reerguer a indústria brasileira sem uma nova relação entre Estado e mercado. Não é substituir o mercado, não é desacreditar da importância do mercado, que é uma instituição indispensável no desenvolvimento econômico”, disse Mercadante. O investimento público na indústria, por meio do BNDES, tem sido alvo de críticas de economistas e integrantes do setor, que veem uma repetição de velhas políticas.

No lançamento do programa Nova Indústria Brasil, ontem, no Palácio do Planalto, Mercadante rebateu críticas à política industrial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — há setores que compararam que o programa lançado ontem com a política dos “campeões nacionais”, colocada em prática no segundo governo de Dilma Rousseff e



Me expliquem a política econômica americana: subsídio, incentivo, investimento público, atraindo empresas, inclusive, brasileiras, que estão indo para lá por esses subsídios, que recebem na frente, em dinheiro do Tesouro”

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

que foi considerada um fracasso porque favoreceu indústrias e setores que podiam prescindir do financiamento do BNDES. O presidente do banco de fomento afirmou que para a economia do Brasil continuar em crescimento, “precisamos colocar a indústria no coração da estratégia”.

“A gente rega essa indústria ou não vamos ter um mercado de trabalho de emprego qualificado, com inovação em ciência e tecnologia. O Brasil é a nona economia, vai virar a oitava e pode ser mais do que isso. Mas, sem indústria, não chegaremos lá”, frisou.

Mercadante citou a China e os Estados Unidos como exemplo de países que oferecem subsídios para a indústria e conseguem atrair empresas de todo o mundo, o que, em sua visão, contribui para que sejam grandes potências econômicas. “Quero

perguntar a esses que todos os dias escrevem dizendo que estamos trazendo medidas antigas: me expliquem a China. Por que a China é o país que mais cresceu no mundo durante 40 anos? Me expliquem a política econômica americana: subsídio, incentivo, investimento público, atraindo empresas, inclusive, brasileiras, que estão indo para lá por esses subsídios, que recebem na frente, em dinheiro do Tesouro”, lembrou.

Para o presidente do BNDES, investir na industrialização é essencial para diminuir as desigualdades, gerar emprego e promover o desenvolvimento sustentável do país. “Para ser menos desigual, mais moderno e mais dinâmico, precisamos colocar a indústria no coração da estratégia. Essa é a orientação do presidente Lula e é o que nós estamos fazendo e entregando”, observou.

Pré-requisitos

Qualquer empresa interessada em aderir aos projetos do Nova Indústria Brasil, terá que cumprir alguns pré-requisitos. Do contrário, poderá não ser aceito ou ter o contrato suspenso. Segundo Mercadante, o empresário ou empresa interessados em obter uma dessas linhas de crédito não poderão ter sofrido acusação ou processo de desmatamento, nem ter sido flagrados explorando mão de obra análoga à escrava.

“No caso do agro (programas destinados a esse setor), não pode desmatar. Temos um convênio com o MapBiomas (que acompanha e registra as áreas devastadas em todo o país) e se tiver algum indício de desmatamento, será bloqueado na hora. Multa do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Renováveis) ou outro episódio, suspende o contrato. E também será exigido o trabalho digno de qualquer empresa. Se tiver na lista de trabalho análogo à escravidão, terá o financiamento suspenso. E não terá acesso ao crédito”, alertou Mercadante.

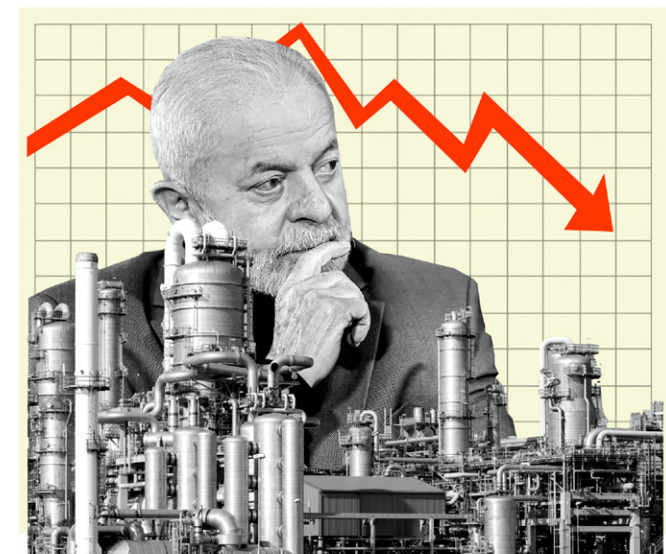
A mesma restrição vale para quem se envolver em casos de homofobia ou assédio. “Se tiver, também, condenação por assédio ou homofobia, será aberta uma investigação administrativa. E pode ter o financiamento suspenso. O Brasil que queremos é o do crescimento, do emprego e da produtividade”, salientou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Nova política industrial de Lula não convence

Com o programa anunciado ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva gera a desconfiança de que optou pelo “capitalismo de Estado” como modelo de desenvolvimento. O mercado recebeu com a desconfiança a Nova Política Industrial anunciada ontem, em Brasília, da qual são protagonistas o vice-presidente Geraldo Alckmin, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e principalmente o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. A ausência do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, gerou especulações de que haveria um racha na equipe econômica. O resultado foi a alta do dólar e a queda na Bovespa, indicadores que refletem a desconfiança dos investidores, quando o resultado deveria ser uma injeção de otimismo nos agentes econômicos.

O governo federal pretende disponibilizar R\$ 300 bilhões em financiamentos destinados à nova política industrial até 2026, por meio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). Serão disponibilizados R\$ 271 bilhões na modalidade reembolsável e R\$ 21 bilhões de forma não reembolsável, além de R\$ 8 bilhões em recursos por meio de mercado de capitais.

Parte da desconfiança tem muito a ver com o discurso de Lula na viagem a Pernambuco, na quinta-feira passada, quando visitou as obras da refinaria Abreu e Lima, que foram reiniciadas. O presidente da República exumou, de uma só vez, os escândalos do chamado Petróleo, a Operação Lava-Jato e velho discurso do “O petróleo é nosso”.

“A história ainda vai ser contada. Mas vou dizer uma coisa: como presidente da República, tudo que aconteceu neste país foi uma mancomunação entre alguns juizes, alguns procuradores deste país subordinados ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos, que queria e nunca aceitaram o Brasil ter uma empresa como a Petrobras”, disse Lula.

Com a política anunciada ontem, Lula exumou também a Nova Matriz Econômica, que levou à derrocada o governo Dilma Rousseff. Isso gera a desconfiança de que optou pelo Capitalismo de Estado como modelo de desenvolvimento. Para o líder comunista Vladimir Lênin, cuja morte completou 100 anos neste mês, o Capitalismo de Estado era a antessala do socialismo. Estava enganado. Era apenas uma face do capitalismo, como contestou o teórico bolchevique Nikolai Bukharin.

A outra face foi via de industrialização dos regimes fascistas, em resposta à crise de 1929, e também de países do chamado Terceiro Mundo, entre os quais a Argentina e o Brasil, principalmente durante o regime militar. O Capitalismo de Estado pode ser a antessala de qualquer coisa, inclusive, dos regimes “liberais”, como os da Polônia, Hungria, Turquia e Indonésia, por exemplo, ou da modernização acelerada da China comunista.

Metas ambiciosas

Uma das causas do colapso do regime soviético foi a tentativa feita por Mikhail Gorbachov de modernizar os ultrapassados “combinados industriais”, com a importação de máquinas e equipamentos da ordem de 10% do PIB, no final dos anos 1980, em vez de abrir a economia, como depois faria a China. Enquanto isso, os Estados Unidos apostaram no Vale do Silício, na Califórnia. O iPhone, lançado em janeiro de 2007, por Steve Jobs, é o produto mais lucrativo e revolucionário deste século. O smartphone mudou o comportamento e a economia.

Mas não haveria smartphone sem microprocessadores, circuitos de memória, unidades de gravação, cristais líquidos, baterias de lítio, no hardware. Nem algoritmos, que transformam sinais analógicos em digitais; internet, HTTP e HTML, redes de telefonia móvel, GPS e ecrã tátil e comandos de voz. A história desses componentes começa com um investimento público, principalmente do governo norte-americano. O xis da questão é onde e como investir na modernização.

O Nova Indústria Brasil define o governo como principal indutor do desenvolvimento do setor. Suas metas são ambiciosas: aumentar a participação do setor agroindustrial no PIB agropecuário para 50% e alcançar 70% de mecanização dos estabelecimentos de agricultura familiar, com o suprimento de pelo menos 95% do mercado por máquinas e equipamentos de produção nacional, garantindo a sustentabilidade ambiental; produzir, no país, 70% das necessidades nacionais em medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos, materiais e outros insumos e tecnologias em saúde; reduzir o tempo de deslocamento de casa para o trabalho em 20%, aumentando em 25 pontos percentuais o adensamento produtivo na cadeia de transporte público sustentável; transformar digitalmente 90% das empresas industriais brasileiras, assegurando que a participação da produção nacional triplique nos segmentos de novas tecnologias; promover a indústria verde reduzindo em 30% a emissão de CO² por valor adicionado do PIB da indústria, ampliando em 50% a participação dos biocombustíveis na matriz energética de transportes, e aumentando o uso tecnológico e sustentável da biodiversidade pela indústria em 1% ao ano; e obter autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a Defesa.

O xis da questão é onde e como investir nesses setores. Se for com reserva de mercado e inflação, para financiar e salvar a velha indústria, não há a menor chance de dar certo.

Ex-líder de Bolsonaro elogia programa

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Entidades que representam a indústria e congressistas apoiaram o programa Nova Indústria Brasil, lançado ontem pelo governo federal, em evento no Palácio do Planalto. Até mesmo quem faz oposição ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o ex-líder do governo de Jair Bolsonaro na Câmara, o deputado federal licenciado Ricardo Barros (PP-PR), elogiou em postagem via redes sociais.

“Excelente iniciativa do governo federal”, publicou. O comentário do hoje secretário de Estado da Indústria, Comércio e Serviços do Paraná foi seguido de uma reportagem, cujo título dizia que “Plano de Lula para indústria prevê R\$ 300 bilhões em financiamentos”.

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) chamou o programa de “neointustrialização”. “Serão R\$ 300 bilhões para financiamentos destinados à nova política industrial até 2026. Geraldo Alckmin, ministro do



Ricardo Barros, hoje secretário no Paraná: “Excelente iniciativa”

Desenvolvimento, e presidente do CNDI (Conselho Nacional de Indústria e Comércio) fala sobre os investimentos previstos para a neointustrialização”, registrou.

Outro petista, o deputado Odair Cunha (MG), primeiro

vice-líder do partido na Câmara, destacou que “uma nova política industrial está nascendo para impulsionar o crescimento do país e melhorar a vida da população. Inovadora, sustentável e alinhada às grandes

transformações do nosso tempo”, salientou.

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) comemorou a nova política industrial, ao considerar as iniciativas “apropriadas para o atual momento socioeconômico”. Nas mesma direção, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) demonstra o reconhecimento do governo federal da importância da indústria de transformação no objetivo de colocar a economia brasileira entre as maiores do mundo.

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) destacou que o plano traz previsibilidade para as montadoras continuarem investindo e gerando empregos. “A Anfavea saúda e celebra esta importante iniciativa do governo, que fortalece a indústria brasileira e entrega previsibilidade para que o setor privado continue investindo”, salientou, em nota. (AB, EE e HL com Agência Estado)